



66  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 310404-7**

**Agravante:** Município do Recife

**Procurador:** Lorena Coelho Gantois Massa

**Agravado:** Companhia de Habitação Popular do Estado

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PROCESSO VIRTUAL ANTERIOR À LC Nº 118/2005. INÉRCIA DO EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso, mantendo-se a sentença fustigada em todos os seus termos, a qual, reconhecendo a prescrição, extinguiu de ofício a execução fiscal nº 001.2003.091395-1, em relação aos créditos referentes aos exercícios de 1998 a 2000, com arrimo nos arts. 156, V e 174, parágrafo único, inciso I, do CTN, cumulado com os arts. 219, §5º e 269, IV, do CPC.

2. No caso em apreço, fora reconhecida no primeiro grau a prescrição da própria pretensão executiva, a qual, nos termos do art. 174, *caput*, do CTN, ocorre quando transcorridos mais de cinco anos da constituição definitiva do crédito tributário e a propositura da execução fiscal, sendo atualmente considerado como marco interruptivo da prescrição o despacho do juiz que ordena a citação, isso por força do parágrafo único, I, do referido artigo, modificado pela Lei Complementar 118/05.

3. Levando-se em conta que a constituição definitiva do crédito tributário, nos termos do art. 174 do CTN, se deu nos anos de 1998, 1999 e 2000, consideram-se estes como sendo os termos *a quo* do prazo da prescrição, tendo o *dies ad quem*, por consequência, ocorrido nos anos de 2003, 2004 e 2005, respectivamente.

4. *In casu*, o feito executivo fora distribuído em 08/12/2003, na forma virtual, somente vindo a ser

6



67  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

materializado em dezembro de 2008, conforme certificado à fl. 05. Dessa forma, o juízo *a quo* extinguiu o feito de ofício por entender ter havido a consumação da prescrição pura e simples, tendo em vista que não houve a citação do executado, por inércia exclusiva da parte exequente.

5. A sentença combatida não merece qualquer reparo, isto porque a execução fiscal em questão, lastreada na CDA que se vê reproduzida à fl. 03 dos autos, fora ajuizada em 08/12/2003, não sendo atingida, portanto, pela modificação trazida pela LC nº 118/05, ou seja, a interrupção da prescrição apenas se daria com a regular citação do contribuinte antes de transcorridos cinco anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, não sendo possível atribuir-se tal efeito ao despacho que ordenar a citação.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

**ACÓRDÃO**

Visto, relatado e discutido o presente Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 310404-7, acima descrito, em sessão realizada no dia 03/10/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 310404-7**

**Agravante:** Município do Recife

**Procurador:** Lorena Coelho Gantois Massa

**Agravado:** Companhia de Habitação Popular do Estado

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso, mantendo-se a sentença fustigada em todos os seus termos, a qual, reconhecendo a prescrição, extinguiu de ofício a execução fiscal nº 001.2003.091395-1, em relação aos créditos referentes aos exercícios de 1998 a 2000, com arrimo nos arts. 156, V e 174, parágrafo único, inciso I, do CTN, cumulado com os arts. 219, §5º e 269, IV, do CPC.

Em suas razões recursais, de fls. 48/56, o Município do Recife sustenta, em suma, a inexistência da prescrição nos termos dos arts. 7º e 8º, §2º, da LEF. Alega, ainda, que a causa de interrupção do decurso do prazo prescricional não teria ocorrido por culpa exclusiva da máquina judiciária que não teria promovido a citação do executado dentro do prazo legal, sendo causa de incidência da Súmula 106 do STJ.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara.

É o relatório.

Recife, 03/10/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Relator**



69  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 310404-7**

**Agravante:** Município do Recife

**Procurador:** Lorena Coelho Gantois Massa

**Agravado:** Companhia de Habitação Popular do Estado

**VOTO**

Não há o que reformar na decisão aqui recorrida, motivo pelo qual mantenho e reafirmo todos os termos da decisão proferida anteriormente. Senão vejamos.

É cediço que, consoante jurisprudência pacificada do STJ, existem duas hipóteses de decretação *ex officio* da prescrição do crédito tributário, a prescrição da pretensão executiva e a prescrição intercorrente.

A primeira hipótese, que se afeiçoa ao caso em tela, ocorre quando transcorridos mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a propositura da execução fiscal, nos moldes do art. 174, *caput*, do CTN, sendo atualmente considerado pela jurisprudência dominante como marco interruptivo da prescrição.

Por força do parágrafo único, I, do artigo 174 do CTN, modificado pela Lei Complementar 118 de 09/02/2005, com vigência a partir de 09/06/2005, ficou instituído que a interrupção da prescrição não seria mais motivada pela citação válida do executado e sim pelo despacho que determinava a sua citação

É de se destacar, primeiramente, que a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a regra introduzida pela LC 118/05 possui eficácia prospectiva, incidindo tão somente sobre as situações que venham a ocorrer a partir de sua vigência, destarte, forçoso concluir que, acaso não satisfeita esta condição, apenas a citação válida, conforme a antiga redação do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, constitui causa hábil a interromper o curso prescricional, em virtude do princípio *tempus regit actum*.

Acrescente-se, ainda, que o disposto no art. 8º, §2º, da Lei 6.830/80 não é aplicável em relação aos créditos de natureza tributária, uma que não se faz apto a afastar a previsão contida no



70  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Código Tributário Nacional, o qual, conquanto instituído por lei ordinária (Lei nº 5.172/66), fora recepcionado com *status* de lei complementar desde o ordenamento constitucional de 1967, que em seu art. 19, §1º, já exigia lei complementar para tratar de normas gerais de Direito Tributário, exigência esta mantida tanto pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (art. 18, §1º) quanto pela Constituição Federal de 1988 (art. 146, III, "b").

A corroborar esses entendimentos, destacam-se os precedentes do STJ adiante ementados:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PRESCRIÇÃO - DESPACHO ORDENATÓRIO DA CITAÇÃO - CAUSA INTERRUPTIVA - ART. 174, I, DO CTN - REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR 118/05. 1. A jurisprudência desta Corte era pacífica quanto ao entendimento de que só a citação válida interrompe a prescrição, não sendo possível atribuir-se tal efeito ao despacho que ordenar a citação. 2. Com a alteração do artigo 174, parágrafo único, I, do CTN pela LC 118/05, passou-se a considerar o despacho do juiz que ordena a citação como marco interruptivo da prescrição, tendo a jurisprudência das Turmas de Direito Público do STJ se posicionado no sentido de que a nova regra deve ser aplicada imediatamente às execuções ajuizadas após a sua entrada em vigor, que teve *vacatio legis* de 120 dias. 3. Recurso especial provido (REsp 945619/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 04/03/2008).

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. FATOS OCORRIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO DO INCISO I DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 174 DO CTN PELA LEI COMPLEMENTAR N. 118/2005. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO SOMENTE PELA CITAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. 1. A mera colagem de ementas não supre a demonstração do dissídio a que se refere a alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal de 1988. Nas razões de recurso especial, a alegada divergência deverá ser demonstrada nos moldes exigidos pelo artigo 255 e parágrafos do RI/STJ. 2. Segundo o enunciado nº. 282 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia ao Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada". 3. O art. 8º, § 2º, da Lei n. 6.830/80, nos termos em que foi admitido em nosso ordenamento jurídico, não tem prevalência. A sua aplicação há de sofrer os limites impostos pelo art. 174 do Código Tributário Nacional. 4. Os casos de interrupção do prazo prescricional estão previstos no art. 174 do CTN, o qual tem natureza de lei complementar e, por isso, se sobrepõe à Lei de Execuções Fiscais (6.830/80), que é lei ordinária. 5. Não efetivada a regular citação do contribuinte antes de transcorridos cinco anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, a prescrição há



71  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

de ser decretada. 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não-provido (REsp 733904/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ 18/11/2008).

Compulsando os autos processuais, tem-se que a Fazenda Municipal pretende, com o ajuizamento da ação executiva, receber o crédito relativo ao IPTU e Taxas Imobiliárias dos exercícios de 1998 a 2000 e, para tanto, aforou a demanda no ano de 2003. Ressalte-se, todavia, que o feito originário se afeiçoa àquelas execuções fiscais sujeitas ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre a Prefeitura da Cidade do Recife e este Tribunal Local.

Com efeito, em tais casos, o processo se inicia digitalizado, com distribuição eletrônica e seu controle, até a emissão do ato citatório, pertence à Prefeitura do Recife, cabendo ao exequente, aliás, principal interessado na causa, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado/carta de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos, na sua forma física, à vara competente.

Levando-se em conta que a constituição definitiva do crédito tributário, nos termos do art. 174 do CTN, se deu nos anos de 1998, 1999 e 2000, consideram-se estes como sendo os termos *a quo* do prazo da prescrição, tendo o *dies ad quem*, por consequência, ocorrido nos anos de 2003 2004 e 2005, respectivamente.

*In casu*, o feito executivo fora distribuído em 08/12/2003, na forma virtual, somente vindo a ser materializado em dezembro de 2008, conforme certificado à fl. 05.

Dessa forma, o juízo *a quo* extinguiu o feito de ofício por entender ter havido a consumação da prescrição pura e simples, tendo em vista que não houve a citação do executado, por inércia exclusiva da parte exequente.

Feitas essas considerações, entendo que a sentença combatida não merece qualquer reparo, isto porque a execução fiscal em questão, lastreada na CDA que se vê reproduzida à fl. 03 dos autos, fora ajuizada em 08/12/2003, não sendo atingida, portanto, pela modificação trazida pela LC nº 118/05, ou seja, a interrupção da prescrição apenas se daria com a regular citação do contribuinte antes de transcorridos cinco anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, não sendo possível atribuir-se tal efeito ao despacho que ordenar a citação.



72  
20

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Como a regra atual do artigo 219, §5º, do mesmo ordenamento processual civil, permite que o juízo decrete a prescrição de ofício, lanço mão dessa prerrogativa por entender que a prescrição já se consumou, em virtude da ausência de citação do executado, e, também, pelo fato da presente controvérsia não ter sido alcançada pela modificação trazida pela LC nº 118/05 e dos entendimentos jurisprudenciais mais recentes, devendo, pois, o processo ser extinto com resolução de mérito.

Feitas estas considerações, voto pelo conhecimento do presente recurso de agravo, para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 03 / 10 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**